

CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Auricelia de Aguiar Silva ¹
Dimas dos Reis Ribeiro ²

RESUMO

O estudo é proveniente de uma pesquisa em nível de mestrado que aborda sobre currículo escolar, gênero e sexualidade na perspectiva da prática educativa. Ressaltamos, também, sobre o uso do currículo escolar em atender as relações de poder frente as discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Este estudo tem por objetivo discutir sobre as perspectivas do currículo, gênero e sexualidade no meio escolar. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, na qual analisamos autores que estudam sobre as teorias do currículo, prática docente, gênero e sexualidade. O estudo contou com os seguintes autores: Apple, (1995); Giroux (1997); Lopes e Macedo (2011) e Sacristã (2013). Outro aspecto abordado foi sobre prática docente e pluralidade no meio escolar, de modo que buscamos autores como: Arroyo (2012); Candau, (2020); Gatti (2016); Libâneo (2013) e Pimenta (2012). O estudo sobre gênero e sexualidade, contou com os estudos de Bento (2011); Hundertmarck (2021); Louro (2014) e Silva (2015). Nesse sentido a escola é um cenário multicultural em que o currículo é um instrumento de seleção e poder no meio escolar e na sociedade, de modo que a atuação docente tem o papel de acolher a diversidade para reduzir a discriminação e preconceito existente no meio escolar.

Palavras-chave: Currículo escolar, Gênero, Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo engloba os estudos realizados na disciplina de Currículo, Cultura e Práticas Interdisciplinares, do Mestrado em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, com os estudos realizados sobre gênero e sexualidade, abrangendo o papel do/a professor/a no ambiente escolar. É nesse sentido que trazemos discussões sobre currículo, gênero e sexualidade na perspectiva das relações de poder e da atuação do/a professor/a no âmbito escolar.

O papel do currículo escolar traz reflexões de sua atuação por se desenvolver em um contexto social multipluralizado, como o campo escolar. É nesse contexto que levantamos a necessidade de refletirmos sobre as perspectivas de currículo, gênero e sexualidade no meio escolar, visando compreender sobre o currículo e sociedade, assim, como sobre o currículo e atuação do/a professor/a nas relações de gênero e sexualidade.

¹ Mestra pelo Curso de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, auricelia.pedagogia@gmail.com.

² Doutor do Curso de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, dimas.ribeiro@ufma.br.

Nessa perspectiva, objetivamos discutir sobre as perspectivas do currículo, gênero e sexualidade no meio escolar. Para cunho de aprofundamento, especificamos refletir sobre currículo, sociedade e a hegemonia de poder que se classifica o meio escolar. Assim como, compreender o currículo e atuação do/a professor/a nas relações de gênero e sexualidade.

Metodologicamente, a pesquisa apresenta várias modalidades entre elas, à bibliográfica que será abordada no presente estudo. Segundo Gil (2009), esse tipo de pesquisa tem por intenção a atualização do conhecimento por meio da investigação de obras já publicadas.

Para tanto, esse texto está dividido em duas partes. Na primeira exploramos a relação da sociedade com o currículo escolar, estabelecendo a relação da escola e de suas responsabilidades na formação do sujeito. Outro ponto debatido foi sobre o currículo como poder regulador da sociedade, por meio da seleção e organização do conteúdo transmitido através do processo de ensino e aprendizagem, por o currículo ensinado não ser representante da sociedade em sua totalidade, visto que ele não aborda todos os aspectos da cultural social mais busca oficializar os interesses dominantes da sociedade.

Na segunda parte tratamos sobre o currículo e atuação do/a professor/a nas relações de gênero e sexualidade, onde argumentamos sobre a atuação docente diante da diversidade que compõe o meio escolar. Também buscamos debater sobre as relações de gênero e sexualidade com a finalidade de discutir a desigualdade de gênero e sexualidade que abarca o meio escolar, assim como as relações de poder que cercam o currículo escolar.

Para tanto, diante das discussões sobre gênero e sexualidade em relação ao currículo escolar na concepção de lutas políticas, econômicas, sociais e culturais, notamos que para falar de igualdade de gênero e sexualidade é necessário refletirmos sobre o papel reprodutor da escola que envolve uma trajetória da própria desigualdade que anseia as políticas públicas e a atuação do/a professor/a.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, com delineamento bibliográfico. Segundo Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de livros, artigos acadêmicos e outras produções disponíveis em fontes acessíveis, ou seja, de material já publicado, sendo esses fundamentais para a construção de um referencial teórico consistente e de compreensão aprofundada.

Seguindo os critérios de Gil (2009), a seleção de autores foi realizada com o intuito de responder os objetivos dessa pesquisa, de forma que optamos por autores que pesquisam sobre o currículo em uma perspectiva de pesquisa social e das relações de poder. Utilizamos autores clássicos da área do currículo, assim como autores que estudam sobre gênero e sexualidade e educação com a finalidade de discutirmos as perspectivas do currículo escolar, gênero e sexualidade no âmbito educacional.

Nesse sentido, recorreremos a livros impressos localizados na biblioteca da Universidade Federal do Maranhão e aos meios digitais, utilizando-se como principal base de busca o Google, para localizar os materiais pertinentes ao objeto de estudo. Para realizar a localização buscamos os nomes dos autores ou os títulos dos próprios livros, de forma a localizar o arquivo em PDF.

Após o levantamento dos autores, separamos capítulos pertinentes para pesquisa, de forma que foram feitas anotações e comparações com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, com a finalidade de aprofundamento da discussão em relação ao currículo e atuação do/a professor/a nas relações de gênero e sexualidade.

Comparamos autores e autoras das diferentes áreas (currículo, gênero, sexualidade e formação de professores) para levantarmos reflexões e discussões em torno da hegemonia de poder que envolve atuação do/a professor/a e o papel da escola em relação ao currículo e sua relação na sociedade.

Por outro lado, excluímos autores que não apresentavam uma discussão em torno da relação currículo e sociedade e da hegemonia de poder e seus impactos no papel da escola e atuação docente. Também desconsideramos publicações sem rigor acadêmico (blogs, opiniões e reportagens), bem como produções que tratavam de maneira genérica, sem considerar o objeto de estudo ou que não apresentavam clareza metodológica de sua pesquisa.

CURRÍCULO E SOCIEDADE

O currículo recebeu um poder regulador que é o papel de ordenar os conteúdos a ser ensinados, de modo que esse poder se juntou a capacidade de outros conceitos, como o de classe, de gênero, sexualidade e outros que distingue os/as estudantes entre si e os define e classifica no meio escolar. Dessa forma o currículo se torna um aparato de controle social, por reforçar a importância da escola no controle econômico e no próprio controle da sociedade em si, entretanto, devemos destacar a função da escola como espaço de socialização dos sujeitos,

por aprende-se o que é preciso para agir em sociedade e não somente o que é necessário para contribuir com o meio produtivo.

Segundo Sacristã (2013) o currículo tornou-se um relevante regulador da organização do ensino, por ser por ele que são abordados e estabelecidos níveis e tipos de exigências para os graus de aprendizagem, ordenando o tempo escolar e proporcionando os elementos necessários para o desenvolvimento escolar, por consistir no progresso do sujeito durante a escolaridade. Notoriamente, o autor traz uma concepção do poder regulador do currículo por meio da própria seleção de conteúdos durante o período de ensinar e aprender.

Dentro dessa hegemonia do poder regulador do currículo estão as atividades reguladas do que pode ser reproduzível e transmissível como os conteúdos sobre gênero e sexualidade que são pouco abordados ou nem são tratados no processo de ensino aprendizagem em nome do conservadorismo e moralidade que preteia a sociedade, pois o que é considerado amoral ou anormal deve ser silenciado para não ganhar força social. Essa relação de poder é trazida por Apple no livro Educação e poder, em que o autor aborda duas visões de dominação acerca do papel da escola, o de escola neutra³ e de estrutural-funcionalista⁴ do sistema escolar.

Assim, conseqüentemente, Apple discute as relações de poder que são estabelecidas no ensino e aprendizagem em sala de aula, pelo poder regulador do currículo sobre o estudo da desigualdade frente à escola e a cultura e os fatores que envolvem as discussões das relações de gênero, sexualidade e etnia. Nessa concepção Apple (1995) trata que o currículo é um campo que reflete lutas corporativas, políticas, econômicas, de identidades de gênero, sexo e raça, religião, sociedade e cultura.

Uma das críticas mais contundentes a escola e ao currículo como aparato de poder se origina das teorias de produção que “defendem a correspondência entre a base econômica e a superestrutura, indo de perspectivas mecanicistas, em que a correspondência é total e exata, a concepções em que a dialética entre economia e cultura se faz mais visível” (Lopes e Macedo, 2011, p. 27). De tal modo, percebemos a função reprodutora da escola no sentido de identificação das diferentes hierarquias e divisões sociais indispensáveis a participação controlada do trabalhador no mercado de trabalho.

A escola torna-se uma correspondente direta na organização das experiências escolares e a elaboração do currículo passa a ser pensada como um processo vinculado às

³ Segundo Apple (1995) é refutada por toda uma tradição de estudos empíricos da relação entre estratificação e oportunidades educacionais nas décadas de 50 e 60.

⁴ Na visão de Apple (1995) reduz o funcionamento do sistema escolar a um mecanismo de perpetuação da divisão do trabalho e das hierarquias, sem atender os processos sociais e as relações interpessoais que se realizam e estabelecem em sala de aula.

determinações de uma sociedade e estratificação de classe. Deste modo, as diferenciações de classe são reproduzidas no âmbito escolar por meio do currículo estabelecendo a hegemonia de poder de uma classe sobre a outra, de um gênero sobre o outro ou estabelecendo o preconceito à diversidade sexual.

É nessa concepção que Apple (1995), evidentemente, esboça preocupações em volta do currículo escolar, por ele recriar a hegemonia ideológica de certos grupos dentro da sociedade. Para compreender o processo de criação dessa hegemonia é necessário direcionarmos nosso olhar para a sala de aula, ou seja, para as interações cotidianas, o conhecimento escolar apresentados no currículo e a ação dos/as professores/as para que se compreenda como as relações sociais são construídas e reproduzidas economicamente e culturalmente pela escola.

Dentro desse preceito, o currículo ensinado não é representante de toda uma sociedade, pois ele não aborda todos os aspectos da cultural social, mais busca oficializar os interesses dominantes da sociedade. É nesse aspecto que podemos refletir que as teorias do currículo estão situadas em uma epistemologia social de garantir o consenso e conseguir hegemonia.

Sobre essa questão da hegemonia, ao nos depararmos com o conceito de currículo oculto trazido por Lopes e Macedo (2011), notamos que o currículo oculto se faz necessário nessa relação hegemônica para esconder as analogias de poder que estão nas conjecturas das escolhas curriculares. As manifestações curriculares optam por modelos sistêmicos de currículo que proporcione a definição de quer e como ensinar, assumindo dimensões técnicas e científicas, ocultando as dimensões ideológicas presentes na seleção. De forma a eliminar a contradição, perseverando uma harmonia social proveniente da ocultação das relações de poder e desigualdade social.

Para tanto, podemos refletir que a ocultação da contradição é vivenciada na seleção curricular de muitas disciplinas, produzindo sentidos ocultos, para se destacar a importância da reprodução e estabelecendo a escola como um espaço de produção dos preceitos da economia e da sociedade. A ocultação da contradição deriva um aprisionamento da consciência da classe trabalhadora para atender as necessidades do capital, assim como fortalece o conservadorismo para ditar o que é normal ou anormal, certo ou errado diante dos paradigmas que constitui os elementos sociais e culturais na escola e na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na construção dos resultados e discussões frisamos em dois pontos debatidos a partir da análise das ideias apresentadas pelos autores e autoras selecionados/as para esse estudo. Assim, nos direcionamos ao currículo e atuação docente nas relações de gênero e sexualidade e para as relações de gênero e sexualidade e o currículo escolar.

CURRÍCULO E ATUAÇÃO DO/A PROFESSOR/A NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

O currículo é um guia para a atuação de professores/as, pois é pela seleção de conteúdos pré-determinados que o/a docente desenvolve seu planejamento, entretanto, ele ou ela não é um mero/a planejador/a de conteúdos é um/ uma transformador/a da forma de pensar e reestruturar a natureza das atividades. Ele ou ela deve ser encarado/a como transformadores/as intelectuais em que suas funções pedagógicas endossadas no desempenho e na produção legítima de interesses econômicos, sociais, políticos e culturais são variados, mediante a responsabilidade de assumir o levantamento de questões acerca do que ensinar. Nesse contexto o/a professor/a assume o seu próprio papel na formação de finalidades e condições de escolarização.

Ao nos referimos à educação e a atuação do/a professor/a nos remetemos ao seu papel na formação de vidas humanas e a influência das normas preestabelecidas pela sociedade nessas vidas, advindas desde o conceito de família (pai, mãe e filhos) transmitida como única existência nos livros didáticos. No entanto, essa diferenciação e reforço dos estereótipos masculino e feminino ocorrem por a escola estimular as desigualdades entre os gêneros e sobre as diferenças sexuais por meio da atuação do/a professor/a ou de uma seleção conservadora de conteúdos transmitidos no processo de ensino e aprendizagem.

Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (Bento, 2011, p.552).

Bento (2011) discute que quando a desigualdade de gênero e sexualidade é reforçada na escola, pela atuação do/a professor/a as ditas verdades e concepções são enveredadas por diversos caminhos, reforçando a invisibilidade do outro por parecer estranho ou por fazer

parte de um discurso a ser eliminado do currículo escolar. Assim, o currículo escolar termina por torna-se o uniforme de muitos/as docentes mediante os conceitos e paradigmas sociais difundidos por um discurso hegemônico de poder na construção de identidade de diferentes sujeitos e pedagogias.

É o que nos vem referenciar Arroyo (2012) ao nos dizer que a diversidade social destaca as contradições presentes nas relações de poder e quando essas contradições mostram que as diversidades de experiências que compõe o meio escolar constroem práticas educativas diversas e também contraditórias, devemos refletir que em meio a essas contradições se situam pessoas, pensamentos, atitudes e conhecimentos a serem ensinados e aprendidos. Outro ponto a ser levantado é que o papel do/a professor/a não está voltado somente para a formação que recebe, mais a continuidade desta.

Segundo Gatti (2016) a formação e atuação do/a professor/a é uma condição de melhoria da qualidade de escolarização e de possibilidade de participação do sujeito em sua conjuntura social. É nesse sentido que devemos considerar suas ações e os desafios que anseiam a atuação docente, uma vez que o/a professor/a encontra em sua sala de aula diferentes atores sociais, com opiniões e pensamentos distintos. É nesse âmbito que a atuação docente possui uma função integradora e conciliadora dos conflitos e diversidades que fazem parte do ambiente educacional.

Nesse aspecto, falar de igualdade de gênero e sexualidade envolve um viés da própria desigualdade que almejam as políticas públicas e a atuação do/a professor/a. Ao nos depararmos com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, percebemos que ela não traz em seu teor artigos que trate sobre as diferenças de gênero e sexualidade no currículo escola. Ela não faz menção aos termos gênero e sexualidade citando apenas “diversidade sexual” em seu Art. 2, Inciso XIV, desconsiderando a diversidade que compõe o espaço escolar. Sobre isso, devemos refletir que a atuação do/a professor/a abrange várias questões que compreendem a formação do/da estudante, já que essa atuação requer não somente o conhecimento sobre as diferenças, mais uma quebra de tradições sociais que compõe o espaço escolar e possui grande influência na constituição dos sujeitos sociais e nas ponderações e discussões que originam inquietações e transformações sobre o pensamento hegemônico de gênero e sexualidade. Nesse sentido Hundertmarck (2021, p.28) vem nos dizer que,

As construções de modos de ser e estar considerando as feminilidades e masculinidades perpassa pela influência dos diversos contextos de vida e sociedade, dos quais, a escola potencializa alguns modelos hegemônicos sobre os corpos,



gêneros e sexualidades, ainda disciplinando-os para as normas binárias estereotipadas de ser, estar e se constituir enquanto mulher e homem no padrão cisheteronormativo.

É nesse contexto que entra a atuação do/a professor/a, dado que a maneira como é conduzido o trabalho docente poderá colaborar com a construção de pensamentos discriminatórios que farão parte do desenvolvimento de um sujeito. De acordo com Libâneo (2013) e Pimenta (2012) o/a docente deve refletir sobre a sua atuação e sobre a sua reflexão, visto que a prática docente deve ter uma função social de preparar o sujeito para vida em sociedade, por ser função essencial para a sua vivência.

A atuação dos intelectuais transformadores no meio escolar deve proporcionar promover um discurso de possibilidade e mudanças, pois de acordo com Giroux (1997.p.163) “os intelectuais transformadores precisam desenvolver um discurso que una a linguagem da crítica a linguagem da possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças”. Portanto, devemos considerar que a constituição de conhecimentos compreende relações sociais e culturais em um processo complexo de diferentes conhecimentos que se transpõem, em suas esferas empíricas, sociais e científicas.

Para tanto a atuação do/a professor/a e o currículo escolar estão envoltos as premissas de um processo de contextualização e recontextualização de formação e organização do cenário educacional. Nesses termos a compreensão da atuação do/a professor/a nas relações de gênero e sexualidade institui um processo curricular dinâmico da construção das hegemonias e resistência presentes na sociedade e, portanto, na prática do/a professor/a.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE E O CURRÍCULO ESCOLAR

Para tratarmos sobre as relações de gênero e sexualidade no currículo escolar é necessário nos remetermos à escola e o seu desempenho nos vários papéis relacionados à desigualdade que são transmitidos pelo conhecimento reproduzido a estudantes. A final é na escola que se prolifera as regras da divisão sexual do trabalho na sociedade. As mulheres são educadas e ensinadas que cada sexo deve ter o seu espaço, desde cedo são direcionadas as brincadeiras de bonecas, de dona de casa, cores específicas e os meninos da mesma forma são direcionados as brincadeiras socialmente determinadas para o seu sexo biológico, sendo estas reforçadas no espaço escolar por meio do currículo que já estabelece uma seleção de poder e moralidade e pela própria atuação do/a professor/a no meio educativo.

Ao nos depararmos expressamente sobre o termo sexualidade, parece que esse se encontra fora da escola, visto que na LDB não encontramos referência sobre o termo e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o termo sexualidade é direcionado ao seu sentido biológico de reprodução, desprezando o seu sentido social. Nesse sentido, Louro (2014, p. 99) nos faz refletir que “embora professores e professoras passem a compartilhar da exigência de uma vida pessoal modelar, estabelecem-se expectativas e funções diferentes para eles e para elas: são incumbidos de tarefas de algum modo distintos, separados por gênero”.

Louro (2014) nos reverencia com uma discussão que incube a desigualdade de gênero tanto pela situação da separação sexual do trabalho, como por sua dimensão social no espaço escola. Por isso é importante destacarmos que apesar das discussões de gênero e sexualidade constituírem dimensões articuladas é necessário referendar que alguns estudiosos afirmam que as formas de se viver a sexualidade também são influenciadas pelo meio cultural. De forma que se torna função da escola desmitificar e trabalhar as diferentes maneiras de se viver a sexualidade.

A escola e seus/suas professores/as precisam está sempre atentos para não praticar o que Bento (2011, p. 552) denominou de “heteroterrorismo” no ambiente escolar, de modo a padronizar as diferenças para atender o conservadorismos social. Segundo a autora o heteroterrorismo inibe comportamentos e a subjetividade do sujeito circunscrito, pois as formas idealizadas de gênero e sexualidade geram uma hierarquia de exclusão e preconceito.

Ao nos respaldámos em Candau (2020, p.43) devemos considerar que a atuação do/a professor/a envolve o reconhecimento das heterogeneidades viventes no meio escolar, assentindo que no cotidiano educacional estão presentes a diversidade de “gênero, sexualidade, étnico-raciais, religiosas, entre outras”. Assim, o/a docente constrói uma prática acolhedora as diferenças promovendo o diálogo, por trabalhar com diferentes sujeitos socioculturais.

Ao nos referimos as relações de gênero devemos considerar que todas as formas de representação sociocultural devem ter o seu espaço no processo educativo, sem exclusões ou discriminação. Por a função do/a professor/a se construir a partir de uma identidade profissional que busca e revisa os significados sociais e reafirmam a prática educativa mediante as inovações e necessidades da realidade.

Silva (2015) é bastante pertinente no que se refere as relações de gênero e sexualidade por ser no ambiente escolar onde são pré-definidos o lugar de cada sujeito e seus significados, ou seja, onde se forma diferentes grupos e concepções sociais. Dessa forma, meninos e meninas vão construindo suas identidades aprendendo seus distintos lugares sociais. O/A

professor/a faz parte desse processo de construção de identidade de seus/suas estudantes por reforçar as relações de poder que reforçam a construção de uma identidade padronizada como natural, sem considerar as diferenças que envolvem tal constituição identitária ou por respeitar as diferenças que compõe o ambiente educacional.

De acordo com Apple (1995, p. 179) “ os jovens desenvolvem formas culturais que lhe conferem poder. Podem, de algum modo, controlar as actividades dos prazeres (e os próprios futuros) acentuando a sua própria sexualidade”. Apple (1995) discute que uma das formas da escola combater as características opressivas de desigualdade social é através da afirmação de gênero e sexualidade, nesse espaço, de tal forma que chame atenção dos professores/as.

Para tanto, é relevante considerarmos que o reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade presentes no cotidiano escolar, ainda se constituem em um desafio para o/a professor/a e para o próprio currículo escolar. O que atribui um importante papel a escola, nas questões de gênero e sexualidade, pois o seu discurso da mesma forma que pode construir um sentido determinante, também pode desconstruir esse sentido, conduzindo um discurso preponderante na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo buscamos, em especial, discutir sobre o currículo como uma guia de atuação docente. Assim como sua influência preponderante exercida sobre os elementos sociais, culturais e questões que se desencadeiam na sociedade como gênero e sexualidade no meio escolar.

Partimos do entendimento, que o currículo escolar é parte relevante na atuação do/a professor/a por ser por ele que se atribui um importante papel a escola nos discursos que permeiam a sociedade, visto que da mesma forma que ele pode contribuir com as questões que constitui a sociedade, também pode fortalecer a desigualdade social por meio da diferença de classe, preconceito de gênero e discriminação sexual através de sua condução. A partir dessa análise devemos atribuir a seleção do currículo considerações que respalde as diferenças de gênero e sexualidade no meio escolar por intermédio da prática docente e dos livros didáticos ao invés de ignorar a temática.

Nesse sentido o/a professor/a tornar-se um/uma reformulador/a de paradigmas das diferenças, pois, enquanto, as políticas públicas e o livro didático traz o conservadorismos de um padrão social, o/a docente deve trazer reflexões que envolva as diferenças de modo que

sejam compreendidas e respeitadas dentro de sua plenitude. Contudo, reforçar a separação de estereótipos em um contexto coletivo e multiplural, que compõe a escola, estimula a discriminação das diferenças.

Para tanto é nesses pressupostos, que percebemos, que atuação do/a professor/a na mediação do currículo escolar é um trabalho que depende de todo um contexto social que faz parte da escola. O/A professor/a se torna o principal agente, dentro da escola, por sua atuação direta com os/as estudantes, sendo esse/essa a figura que contribui com o seu desenvolvimento direto por meio de sua atuação e conhecimentos transmitidos. Nesse sentido, se torna relevante respaldar que essa pesquisa não se encerra nesse estudo, contudo, concede caminhos para que novas pesquisas sejam feitas por meio de provocações agregadas a esse tema que despertem interesses de outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

APPLER, Michael W. **Educação e poder**. Portugal: Porto editora, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2023.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Dossiê gênero e sexualidade no Espaço Escolar. **Estudos Feministas**. vol. 19, nº. 2 Florianópolis, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

CANDAU, Vera Maria. Didática novamente em questão: fazeres-saberes pedagógicos em diálogos, insurgências e políticas. In: CANDAU, Vera Maria; CRUZ, Giseli Barreto da; FERNANDES, Claudia. (ORG). **Didática e fazeres pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p.33-45.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores: perspectivas. In: SPAZZIANI, Maria de Lourdes (ORG). **Profissão do Professor: cenário, tensões e perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesco, 2016. p. 117-133.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.



GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

HUNDERTMARCK, Katiele. Algumas Cenas Escolares na construção de gêneros e sexualidades: um relato de experiências. In: MOURA, Jónata Ferreira de. **Educação, Gênero e Sexualidade**: perspectiva crítica e decolonial no espaço escolar e não escolar. Guarujá, SP: Científica digital, 2021.p.37-45.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.p.15-38.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro. **Gênero e Sexualidade nas políticas públicas de formação docente continuada e nos espaços escolares**. Revista Científica e Tecnológica/ Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA. São Luís, v.1, n.1, jan. /dez.2015. p. 79 a 90.